

## Distribuição da renda e pobreza entre as famílias no Brasil, de 1980 a 1983

RODOLFO HOFFMANN\*

Tendo realizado uma análise comparativa da distribuição da renda e da pobreza no Brasil em 1970 e 1980 (ver Hoffmann e Kagayama, 1984, e Hoffmann, 1984), procuramos, neste trabalho, quantificar as alterações na distribuição da renda e no nível de pobreza no país no período 1980-83. Isso é feito utilizando os dados publicados das PNAD (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) mais recentes e os resultados do Censo Demográfico de 1980.

No Censo e nas PNAD são apresentados dados sobre a distribuição da renda entre as pessoas com 10 anos ou mais, entre as pessoas economicamente ativas e entre as famílias. Optamos por analisar os dados relativos à distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar, incluindo as famílias que declararam não ter nenhum rendimento. Infelizmente, não dispomos de dados sobre a distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar *per capita*, que revelam apropriadamente a situação de pobreza de famílias mais numerosas.

A análise será feita para o Brasil e para quatro de suas grandes regiões: Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Nas PNAD os dados publicados consistem no número de famílias em seis estratos de rendimento familiar, cujos limites inferiores são 0, 1, 2, 5, 10 e 20 salários mínimos, além do número de famílias sem rendimento e do número de famílias sem declaração de rendi-



\*Da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba) da Universidade de São Paulo – USP.

mento. No Censo Demográfico de 1980, há dois estratos a mais, com limites inferiores iguais a 0,25 e 0,5 salário mínimo.

Uma vez que no cálculo das medidas de desigualdade e pobreza necessitamos do rendimento total por estrato, foi necessário atribuir valores ao rendimento médio em cada estrato. Isso foi feito tendo em vista os valores observados em outros conjuntos de dados, onde o rendimento médio era fornecido, e utilizando a metodologia descrita em Hoffmann e Kagayama (1984). No caso dos oito estratos do Censo Demográfico, os rendimentos médios foram fixados em 0,165, 0,40, 0,77, 1,50, 3,38, 7,1, 14 e 40 salários mínimos. No caso das PNAD, o rendimento médio no primeiro estrato (correspondendo aos três primeiros estratos do Censo) foi fixado em 0,60 de salário mínimo.

Outros aspectos da metodologia utilizada, incluindo-se a conceituação das medidas de pobreza e os métodos utilizados no cálculo das medidas de desigualdade e pobreza, são descritos nos trabalhos citados anteriormente.

Em trabalho recentemente publicado, Bonelli (1984) utiliza as PNAD de 1979, 1981 e 1983 para analisar a evolução da distribuição da renda entre todas as pessoas de 10 anos ou mais com algum rendimento. Ressalte-se que, enquanto as unidades consideradas por Bonelli são as pessoas com 10 anos ou mais, aqui as unidades analisadas são as famílias.

## O CÁLCULO DOS VALORES REAIS

Embora os estratos de rendimento do Censo de 1980 e das PNAD utilizadas sejam definidos em termos de salários mínimos, eles não são diretamente comparáveis devido à modificação do valor real do salário mínimo. A utilização de uma unidade constante, em termos reais, é indispensável para o exame da evolução do rendimento médio, do rendimento mediano e das medidas de pobreza absoluta.

A nossa unidade básica será o valor do maior salário mínimo vigente em agosto de 1980 (igual a Cr\$ 4.149,60), utilizado pelo IBGE para delimitar os estratos de rendimento no Censo.

O Censo de 1980 registra, no caso de rendimentos fixos, a importância recebida no mês de agosto e, para os rendimentos variáveis, a média dos 12 meses anteriores à data do Censo (31 de agosto/1º de setembro). Uma vez que os rendimentos fixos são, certamente, os predominantes, vamos adotar o mês de agosto de 1980 como base para o cálculo dos valores reais.

Na PNAD de 1981 considerou-se o valor dos rendimentos fixos em outubro (da mesma maneira que na PNAD de 1979).

Na PNAD de 1982 a classificação dos rendimentos tornou-se confusa, pois a pesquisa se estendeu por 12 semanas, de 26 de setembro a 18 de dezembro, e as características da mão-de-obra tiveram como período de referência a semana anterior à entrevista. Para as seis primeiras semanas considerou-se, ao classificar os rendimentos, o maior salário mínimo vigente, que era de Cr\$ 16.608,00, e para as seis últimas semanas, o valor após o reajuste de 1º de novembro, que passou a ser de Cr\$ 23.568,00. Para o cálculo dos valores reais neste traba-

lho, consideramos uma média dos resultados obtidos com o deflator de outubro e de novembro (ver Tabela 1).

No caso da PNAD de 1983, que teve como período de referência a semana de 25 de setembro a 1º de outubro, utilizamos o valor do deflator de setembro. A utilização do deflator de outubro levaria a valores menores para as rendas médias reais e valores maiores para as medidas de pobreza em 1983.

A Tabela 1 mostra o número de salários mínimos correntes nos meses de referência das PNAD, que é equivalente, em termos reais, ao salário mínimo de agosto de 1980. No caso da PNAD de 1982 foi calculada a média aritmética dos valores equivalentes para cada um dos dois meses envolvidos. São apresentados os resultados obtidos com dois deflatores: o índice geral de custo de vida do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos) e o INPC. Verifica-se que os dois conjuntos de valores equivalentes são bastante coerentes. Embora o INPC possa ser mais representativo, como índice nacional, vamos utilizar os valores equivalentes obtidos com o índice do DIEESE, pois esse foi o deflator adotado, nos trabalhos anteriormente mencionados, para comparar a distribuição da renda e a pobreza em 1970 e 1980.

O inverso dos valores equivalentes é igual ao valor real do salário mínimo corrente, considerando como unidade de medida o salário mínimo de agosto de 1980.

## A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE

Na Tabela 2 são apresentados os valores de várias medidas de desigualdade da distribuição das famílias, de acordo com o rendimento familiar, no Brasil e nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, nos anos de 1980 a 1983. Para o Brasil, são apresentados também os valores das medidas de desigualdade obtidos dos dados da PNAD de 1979.<sup>1</sup>

É necessário lembrar que as PNAD de 1981, 1982 e 1983 não incluem informações sobre área rural da região Norte, o que afeta as comparações com o Censo, que abrange todo o território nacional. Deve-se ressaltar, entretanto, que no Censo de 1980 as famílias rurais da região Norte constituíam apenas 2% do total de famílias do país. A PNAD de 1979 é menos abrangente que as PNAD posteriores, excluindo a área rural de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Verifica-se, na Tabela 2, que o grau de desigualdade da distribuição é praticamente estável no período considerado. Para o Brasil (inclusive a área rural da região Norte), as medidas de desigualdade se mantêm ao redor dos seguintes valores: índice de Gini igual a 0,59, índice de Theil igual a 0,52, porcentagem da renda dos 50% mais pobres igual a 13%, porcen-

<sup>1</sup> Trata-se de dados obtidos com fatores de expansão da amostra corrigidos em função dos resultados do Censo de 80 e publicados no volume intitulado *Metodologia da pesquisa nacional por amostra de domicílios na década de 70*. IBGE, 1981.

**TABELA 1**

**A equivalência entre valores do salário mínimo em agosto de 1980 e nos meses de referência das PNAD de 1979, 1981, 1982 e 1983.**

Ano	Mês	Salário m/nimo nominal	Índice do DIEESE (com base em dez/70)	Equivalente em salários mínimos (1)	INPC (com base em mar/79)	Equivalente em salários mínimos (2)
1979	Out	2.268,00	1.464	1,096	132,55	1,087
1980	Ago	4.149,60	2.443	1	223,12	1
1981	Out	8.464,80	5.502	1,104	507,62	1,115
1982	Out	16.608,00	10.543	0,938	1.000,25	0,971
	Nov	23.568,00	11.071		1.042,06	
1983	Set	34.776,00	27.291	1,333	2.232,25	1,247

(1) Número de salários mínimos correntes que é equivalente, em termos reais, ao salário mínimo de agosto de 1980, adotando-se o índice de custo de vida do DIEESE como deflator.

(2) Idem, usando-se o INPC como deflator.

tagem da renda dos 10% mais ricos igual a 46% e porcentagem da renda dos 5% mais ricos igual a 33%.

Na região Sudeste, as medidas de desigualdade apresentam uma estabilidade extraordinária, com  $G = 0,56$ ,  $T = 0,49$ , 14% da renda para os 50% mais pobres, 44% da renda para os 10% mais ricos e 31% da renda para os 5% mais ricos.

Entre as quatro regiões analisadas, a desigualdade é maior no Nordeste e no Centro-Oeste e um pouco menos elevada no Sudeste e no Sul.

## A EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO FAMILIAR MÉDIO E DO RENDIMENTO FAMILIAR MEDIANO

A Tabela 3 mostra a evolução do rendimento médio e do rendimento mediano por família, em valores reais, utilizando o índice de custo de vida do DIEESE como deflator. Em uma coluna é apresentado o valor real do rendimento familiar, adotando-se como unidade de medida o maior salário mínimo vigente em agosto de 1980. Na coluna seguinte é apresentado o valor de um índice, tomando-se como base o rendimento familiar obtido no Censo de 1980.

TABELA 2

Distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar, no Brasil e em quatro grandes regiões: número de famílias com declaração de rendimento (N), índice de Gini (G), índice de Theil (T), porcentagem de renda correspondente aos 50% mais pobres (50<sup>-</sup>), aos 10% mais ricos (10<sup>+</sup>) e aos 5% mais ricos (5<sup>+</sup>).

Região e ano		N (1000)	G	T	50 <sup>-</sup>	10 <sup>+</sup>	5 <sup>+</sup>
Brasil	79 <sup>1</sup>	24.326	0,588	0,523	12,6	46,1	32,8
	80	26.575	0,597	0,536	12,2	47,1	33,8
	81 <sup>2</sup>	27.475	0,584	0,519	12,9	45,8	32,7
	82 <sup>2</sup>	28.740	0,587	0,520	12,6	45,7	32,6
	83 <sup>2</sup>	29.622	0,589	0,523	12,6	45,9	32,6
Nordeste	80	7.117	0,614	0,576	11,9	50,0	37,6
	81	7.471	0,590	0,541	14,4	47,4	35,1
	82	7.792	0,592	0,542	13,2	47,3	35,0
	83	7.928	0,603	0,555	12,8	48,7	35,9
Sudeste	80	12.290	0,564	0,495	14,2	44,2	31,4
	81	13.006	0,562	0,491	14,3	43,7	31,0
	82	13.627	0,564	0,492	14,0	43,8	30,9
	83	14.144	0,564	0,492	14,1	43,6	30,9
Sul	80	4.400	0,560	0,492	14,5	44,2	31,6
	81	4.573	0,546	0,476	15,3	43,0	30,7
	82	4.761	0,551	0,476	14,7	42,8	30,3
	83	4.876	0,559	0,489	14,5	43,8	31,1
C. Oeste	80	1.628	0,604	0,554	12,4	49,1	35,7
	81	1.765	0,582	0,521	13,4	46,4	33,2
	82	1.856	0,585	0,524	13,1	46,5	33,4
	83	1.933	0,583	0,523	13,4	46,6	33,4

(1) Excluindo-se a área rural da região VII (Norte e Centro-Oeste, menos o DF).

(2) Excluindo-se a área rural da região Norte.

Ano	Índice do PIB <i>per capita</i>	Variação (%)
1979	96	—
1980	100	+ 4,6
1981	96	-4,0
1982	95	-1,5
1983	89	-5,5

Na região Sudeste, por exemplo, o rendimento familiar médio cai de 6,25 em 1980 (agosto) para 4,69 em 1983 (setembro), sempre em salários mínimos de agosto de 1980. Isso corresponde a uma redução de 25% no rendimento real. No mesmo período, o rendimento familiar mediano da região Sudeste cai de 3,50 para 2,67 salários mínimos de agosto de 1980, sofrendo uma redução de 24%.

É interessante comparar as variações do rendimento familiar médio apresentadas na Tabela 3 com as variações do PIB *per capita* no período, de acordo com as estimativas da FGV.<sup>2</sup> Para facilitar a comparação, calculamos um índice do PIB *per capita* com base em 1980, e obtivemos os seguintes valores:

Ao comparar a variação do PIB *per capita* com a variação do rendimento familiar médio, apresentada na Tabela 3, devemos lembrar que:

- a) O tamanho médio da família diminuiu de 4,4 em 1980 para 4,2 em 1983, fazendo com que a renda *per capita* diminuísse menos do que a renda por família.
- b) Devido ao crescimento da renda enviada ao exterior, a renda nacional diminuiu mais do que o PIB. Serra (1984) afirma que:

*A renda por habitante do País declinou entre 1980 e 1984 quase 13%, voltando ao nível de 1976. A queda do padrão de vida médio dos brasileiros foi de 16,5%, se levarmos em conta também a perda de renda real, devido à degradação das relações de troca e a ampliação de remessas ao exterior por conta dos "serviços a fatores".*

Tendo em vista essas diferenças entre as variáveis envolvidas, verifica-se que, em linhas gerais, os índices de rendimento familiar médio da Tabela 3 são bastante coerentes com a evolução do PIB *per capita*. Há, entretanto, duas discrepâncias importantes que são discutidas a seguir.

1º) Embora o PIB *per capita* diminua 1,5% entre 81 e 82, observa-se, para o Brasil e

<sup>2</sup> Ver *Conjuntura Econômica*, 38(6): 89, junho de 1984.

**TABELA 3**

**Evolução do valor real do rendimento familiar médio e do rendimento familiar mediano, no Brasil e em quatro grandes regiões.**

Região e ano	Rendimento familiar médio			Rend. familiar mediano	
	<sup>3</sup>	<sup>3</sup>	Índice <sup>4</sup>	<sup>3</sup>	Índice <sup>4</sup>
Brasil	79 <sup>1</sup>	4,67	97	2,47	101
	80	4,83	100	2,45	100
	81 <sup>2</sup>	4,60	95	2,49	102
	82 <sup>2</sup>	4,68	97	2,43	99
	83 <sup>2</sup>	3,82	79	2,03	83
Nordeste	80	2,61	100	1,21	100
	81	2,63	101	1,43	118
	82	2,68	103	1,37	113
	83	2,23	85	1,13	93
Sudeste	80	6,25	100	3,50	100
	81	5,76	92	3,29	94
	82	5,83	93	3,35	96
	83	4,69	75	2,67	76
Sul	80	4,76	100	2,70	100
	81	4,53	95	2,72	101
	82	4,59	96	2,68	99
	83	3,77	79	2,19	81
C. Oeste	80	4,76	100	2,27	100
	81	4,50	95	2,39	105
	82	4,73	99	2,43	107
	83	3,98	84	2,11	93

(1) e (2) Ver tabela 2.

(3) Valor real, utilizando-se o índice de custo de vida do DIEESE como deflador e adotando-se o salário mínimo de agosto de 1980 como unidade de medida.

(4) Com base em 1980 (agosto).

para as quatro regiões analisadas, um crescimento do rendimento familiar médio. Isso certamente não se deve a uma mudança no tamanho das famílias de um ano para outro. O problema poderia ser descartado considerando-se que o rendimento familiar médio obtido para 1982 está especialmente sujeito a erro, devido à maneira como foram obtidas as informações sobre rendimento na PNAD de 82, com o levantamento de dados se estendendo por um período durante o qual houve alteração no valor do salário mínimo, que é tomado como base para a estratificação das famílias. Acreditamos, entretanto, que a divergência entre a variação do PIB *per capita* e do rendimento médio calculado a partir das PNAD de 81 e 82 pode ser explicada, pelo menos em parte, pelo fato de as PNAD não refletirem a situação média no ano, mas a situação na ocasião do levantamento dos dados, realizado nos últimos meses do ano. Uma vez que os indicadores mensais de desemprego e produção industrial<sup>3</sup> mostram uma situação em 1981, é de esperar que a comparação entre as PNAD de 1981 e 1982 revele uma evolução menos desfavorável do que a comparação dos valores do PIB *per capita* nos dois anos.

2º) Entre 1980 e 1983, quando o PIB *per capita* diminuiu 11%, o rendimento familiar médio mostra uma redução de 21%. No caso do Sudeste, a redução do rendimento familiar médio atinge 25%. A redução mais drástica obtida com os dados da PNAD de 83 certamente se deve, pelo menos em parte, ao fato de a recessão ter-se aprofundado ao longo de 1983 e a PNAD refletir a situação no segundo semestre e não a média do ano.

Verifica-se, na Tabela 3, que a redução do rendimento familiar médio no período 1980-83 é maior nas regiões mais industrializadas (-25% no Sudeste e -21% no Sul, contra -15% no Nordeste e -16% no Centro-Oeste). Isso porque a recessão atinge mais diretamente o setor industrial nas áreas que constituem o pólo dinâmico da economia.

É interessante constatar, ainda, que o rendimento familiar mediano sofre reduções sistematicamente menores do que as do rendimento médio. É difícil acreditar, entretanto, que o rendimento familiar mediano no Nordeste tenha crescido 18% entre 1980 e 1981.

## O CRESCIMENTO DA POBREZA

A Tabela 4 mostra a evolução da pobreza no Brasil e nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980 e das PNAD de 81, 82 e 83. Para o Brasil, são apresentados também os valores obtidos da PNAD de 79. Essas medidas de pobreza foram calculadas a partir da distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar, considerando-se duas linhas de pobreza: um ou dois salários mínimos de agosto de 1980 por família. Tendo em vista medir a evolução da pobreza absoluta, o valor real das linhas de pobreza foi mantido constante nos vários anos, de acordo com o método exposto no item 2 deste trabalho. Consideremos, por exemplo, a PNAD de 1983. Como o va-

<sup>3</sup> Ver os gráficos no artigo de LANZANA, Antonio. Indústria: recessão e ajustamento. *Informações FIEPE* nº 51, julho de 1984.

TABELA 4

Evolução da pobreza entre as famílias, de acordo com o rendimento familiar, no Brasil e em quatro grandes regiões: proporção de famílias pobres (H), razão de insuficiência de renda (I), índice de pobreza de Sen (P) e a insuficiência de renda como porcentagem da renda total (r) para dois valores da linha de pobreza (z).

Região e ano	z = 1 sal. min. de ago/80				z = 2 sal. min. de ago/80			
	H	I	P	r	H	I	P	r
Brasil								
79 <sup>1</sup>	0,209	0,454	0,131	2,0	0,436	0,488	0,281	9,1
80	0,219	0,420	0,128	1,9	0,444	0,477	0,281	8,8
81 <sup>2</sup>	0,208	0,460	0,132	2,1	0,430	0,491	0,279	9,2
82 <sup>2</sup>	0,211	0,454	0,133	2,0	0,436	0,484	0,281	9,0
83 <sup>2</sup>	0,265	0,469	0,169	3,3	0,495	0,525	0,336	13,6
Nordeste								
80	0,439	0,431	0,260	7,3	0,704	0,540	0,488	29,1
81	0,384	0,449	0,234	6,6	0,663	0,537	0,455	27,1
82	0,382	0,434	0,230	6,2	0,666	0,525	0,452	26,1
83	0,455	0,485	0,293	9,9	0,710	0,589	0,518	37,5
Sudeste								
80	0,115	0,408	0,066	0,8	0,300	0,424	0,173	4,1
81	0,131	0,482	0,088	1,1	0,315	0,458	0,195	5,0
82	0,134	0,485	0,090	1,1	0,322	0,456	0,200	5,0
83	0,181	0,463	0,116	1,8	0,391	0,482	0,250	8,0
Sul								
80	0,161	0,403	0,090	1,4	0,401	0,431	0,233	7,3
81	0,160	0,446	0,099	1,6	0,382	0,453	0,233	7,7
82	0,167	0,455	0,106	1,7	0,397	0,452	0,243	7,8
83	0,223	0,445	0,138	2,6	0,466	0,490	0,300	12,1
C. Oeste								
80	0,202	0,406	0,115	1,7	0,465	0,447	0,279	8,7
81	0,188	0,455	0,119	1,9	0,442	0,463	0,273	9,1
82	0,186	0,450	0,117	1,8	0,432	0,456	0,266	8,3
83	0,227	0,425	0,135	2,4	0,482	0,487	0,306	11,8

(1) e (2) Ver Tabela 2.

lor do maior salário mínimo vigente em agosto de 1980 corresponde, em termos reais, a 1,333 salários mínimos de setembro de 1983, consideramos, para esse ano, linhas de pobreza iguais a 1,333 e 2,666 salários mínimos correntes. Uma vez que esses valores não coincidem com limites de estratos da distribuição de freqüências publicada pelo IBGE, foi necessário interpolar essas linhas de pobreza.<sup>4</sup>

São utilizadas quatro medidas de pobreza: a proporção de famílias pobres ( $H$ ), a razão de insuficiência de renda ( $I$ ), o índice de pobreza de Sen ( $P$ ) e a relação percentual entre a insuficiência de renda e a renda total estimada para a população ( $r$ ). Os índices  $H$ ,  $I$  e  $P$  variam de zero a 1.  $H$  é uma medida da *extensão* da pobreza e  $I$  é uma medida da *intensidade* da pobreza. O índice de pobreza de Sen é dado por

$$p = H [ I + (1 - I) G^* ],$$

onde  $G^*$  é o índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda entre as famílias pobres. Note-se que  $P = HI$  quando  $G^* = 0$ <sup>5</sup>

Deve-se ressaltar que o conceito de pobreza que serve de base para a definição dos índices  $H$ ,  $I$  e  $P$  não se confunde com o nível médio do rendimento na população analisada. Os valores dessas medidas de pobreza só aumentam se aumentar o número de famílias pobres, isto é, o número de famílias com rendimento igual ou menor do que a linha de pobreza, ou se alguma família pobre se tornar absolutamente mais pobre. Se, por exemplo, uma família rica ficar menos rica, sem que haja alteração da renda das demais famílias, a renda média da população diminuirá, mas os valores de  $H$ ,  $I$  e  $P$  não serão afetados.

Ao analisar a Tabela 4, devemos ter em mente que os dados das PNDA devem refletir, basicamente, a situação na parte final (segundo semestre ou terceiro quadrimestre) do ano.

Se considerarmos, na Tabela 4, os anos de 1980 e 1983, observa-se que todos os indicadores de pobreza crescem, tanto no Brasil como nas quatro regiões analisadas, mostrando que a recessão atingiu todo o país.

O quadro não é tão homogêneo quando se consideram os anos intermediários.

Na região Sudeste, o índice de pobreza de Sen cresce monotonamente de 1980 a 1983, embora o crescimento de 1982 a 1983 seja muito mais intenso. Na região Sul as medidas calculadas também indicam, quase sempre, um crescimento contínuo da pobreza no período, com uma aceleração do processo entre 1982 e 1983. De acordo com o que foi discutido quando analisamos as variações no rendimento médio, é nas regiões mais industrializadas do país que os efeitos da recessão se manifestam mais claramente.

Quando a desigualdade da distribuição da renda pela população se mantém constante, diminuições na renda média devem, obviamente, refletir-se em um aumento da pobreza absoluta. É exatamente isso que ocorreu nas regiões Sudeste e Sul no período considerado.

Para o Brasil e para a região Centro-Oeste, as medidas de pobreza não mostram com clareza se houve aumento ou diminuição da pobreza entre 1980 e 1982. No Nordeste teria ocorrido, nesses dois anos, uma diminuição da pobreza. Esse é um resultado que, mais do que os demais, nos parece necessário confrontar com outras informações sobre a região.

<sup>4</sup> Essa interpolação foi feita admitindo-se que a distribuição dentro do estrato tenha função de densidade linear.

<sup>5</sup> Uma descrição resumida dessas medidas pode ser encontrada em Hoffmann (1984). Para uma descrição mais pormenorizada veja-se Sen (1976) e Sen (1981).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONELLI, Regis (1984). Renda: todos perdem mas alguns mais do que outros. *Economia em Perspectiva*, 8, nov. 1984. Carta de conjuntura do Conselho Regional de Economia—SP.
- HOFFMANN, Rodolfo (1984). *A pobreza no Brasil*; análise dos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Trabalho apresentado no VI Encontro Brasileiro de Econometria, São Paulo.
- HOFFMANN, Rodolfo, KAGEYAMA, Angela A. (1984). *Distribuição da renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Economia, promovido pela ANPEC, São Paulo.
- IBGE (1981). *Metodologia da pesquisa nacional por amostra de domicílios na década de 70*. Rio de Janeiro, FIBGE, Série Relatórios Metodológicos, v.1.
- IBGE (1983). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios-1981; Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro, FIBGE, PNAD. v. 5, tomo 11.
- IBGE (1983). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios-1982; Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro, FIBGE, PNAD v. 6, tomo 1.
- IBGE (1983). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios-1983; Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro, FIBGE, PNAD vl. 7, tomo 21.
- SEN, Amartya (1976). Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometria*, (2):219-31.
- SEN, Amartya (1981). *Poverty and famines; an essay on entitlement and deprivation*. Oxford, Oxford University Press.
- SERRA, José (1984). A crise econômica e o flagelo do desemprego. *Revista de Economia Política*, 4(4):5-25, out./dez. 1984.

### ABSTRACT

Using yearly data on the distribution of income among families, in Brazil, the paper shows that in the period 1980-83 the inequality of that distribution is stable but that the absolute poverty did increase, as a consequence of the economic crisis. The analysis is carried out for Brazil and for four regions: Northeast, Southeast, South and Middle-West. It is shown that the decrease of average family income was greater in the most industrialized regions.